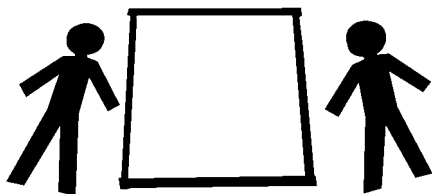


Christian Plantin

A ARGUMENTAÇÃO

História, teorias, perspectivas



TRADUÇÃO
Marcos Marcionilo

π
parábola

Título original:

L'Argumentation

© Presses Universitaires de France, Paris, agosto de 2005

ISBN: 2-13-053421-X

EDITOR: *Marcos Marcionilo*

CAPA E PROJETO GRÁFICO: *Andréia Custódio*

CONSELHO EDITORIAL: *Ana Stahl Zilles [Unisinos]*
Carlos Alberto Faraco [UFPR]
Egon de Oliveira Rangel [PUCSP]
Gilvan Müller de Oliveira [UFSC, Ipol]
Henrique Monteagudo [Univ. de Santiago de Compostela]
Kanavillil Rajagopalan [Unicamp]
Marcos Bagno [UnB]
Maria Marta Pereira Scherre [UFRJ, UnB]
Rachel Gazolla de Andrade [PUC-SP]
Salma Tannus Muchail [PUC-SP]
Stella Maris Bortoni-Ricardo [UnB]

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P774a

Plantin, Christian

A argumentação / Christian Plantin ; tradução Marcos Marcionilo.

- São Paulo : Parábola Editorial, 2008.

(Na ponta da língua ; 21)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-88456-90-7

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Lógica. 4. Retórica. I.

Título. II. Série.

08-4074

CDD :401.41

CDU 81'42

Direitos reservados à

PARÁBOLA EDITORIAL

Rua Sussuarana, 216 - Ipiranga

04281-070 São Paulo, SP

PABX: [11] 5061-9262 | 5061-1522

home page: www.parabolaeditorial.com.br

e-mail: parabola@parabolaeditorial.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão por escrito da Parábola Editorial Ltda.

ISBN: 978-85-88456-90-7

© desta edição: Parábola Editorial, São Paulo, outubro de 2008

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: OS ESTUDOS DE ARGUMENTAÇÃO: DA DESLEGITIMAÇÃO ÀS REINVENÇÕES	7
I. – O paradigma clássico	8
II. – A virada do final do século XIX.....	12
III. – O pós-1945: uma reconstrução por etapas.....	20
CAPÍTULO II: FATOS E LÍNGUA	25
I. – O modelo de Toulmin	25
II. – “A argumentação na língua”	31
III. – Lógica natural.....	38
IV. – Conclusão	42
CAPÍTULO III: ENTIMEMAS, <i>TOPOI</i> E TIPOLOGIAS...	45
I. – O Tratado da argumentação.....	45
II. – Entimema.....	50
III. – <i>Topos</i>	53
IV. – Tipologias dos argumentos.....	57
V. – Conclusão	61
CAPÍTULO IV: UM MODELO DIALOGAL	63
I. – A argumentação dialogada	63
II. – Do desacordo conversacional ao desacordo argumentativo	67
III. – A noção de pergunta argumentativa	69
IV. – Graus e formas de argumentatividade	75
V. – Os papéis argumentativos: Proponente, Oponente, Terceiro	76

VI. – O ônus da prova	80
VII. – Lugares	81
VIII. – Roteiros	82
IX. – Contradizer e refutar.....	83
X. – Conclusão.....	87
CAPÍTULO V: AS ARTES DA PROVA	89
I. – A grande divisão	90
II. – Os predicados: provar, argumentar, demonstrar	96
III. – Prova	99
IV. – Demonstração	102
V. – Unidade e especificidades das artes da prova ...	105
CAPÍTULO VI: AS PESSOAS E SEUS AFETOS	111
I. – O <i>ethos</i> e a autoridade.....	112
II. – Os afetos.....	118
III. – As “paixões falaciosas”	120
IV. – Os afetos nas modernas teorias da argumentação	121
V. – Conclusão	125
CAPÍTULO VII: ENSAIO DE ARGUMENTAÇÃO COMPARADA: A ARGUMENTAÇÃO TEOLÓGICO-JURÍDICA NO ISLÃ	127
I. – Por uma perspectiva comparada em argumentação	128
II. – Os fundamentos da argumentação muçulmana	130
III. – Os “dados”: os enunciados normativos do Alcorão	136
IV. – Projetar os “dados”: o <i>qiyâs</i>	137
V. – Contrários e contraditórios.....	141
VI. – Conclusão	143
BIBLIOGRAFIA	145

CAPÍTULO I

**OS ESTUDOS DE ARGUMENTAÇÃO:
DA DESLEGITIMAÇÃO ÀS REINVENÇÕES**

Em 1958, foi publicado o *Tratado da argumentação*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca*. A obra tem como subtítulo, em sua primeira edição, *A nova retórica*, que será o título da tradução inglesa, mas que voltará a aparecer justamente como o subtítulo da segunda edição. A insistência recai sobre o termo *argumentação*, o que constitui uma real inovação e manifesta claramente o movimento de *revival*, de renascimento, emancipação e refundação dos estudos de argumentação depois da Segunda Guerra Mundial. Podemos ver, *a contrario*: em francês, outras obras trazem *argumentação* no título antes de 1958, mas a função do termo é completamente diferente. Por exemplo, na obra de Ambroisine Dayt, *Argumentation ayant en vue d'éclairer tout être sur des besoins indéniables déniés à la femme depuis l'apparition de l'homme sur la terre* (1903; “Argumentação com o propósito de esclarecer todo ser sobre as necessidades

* Chaim Perelman, Lucie Olbrechts-Tyteca, *Tratado da argumentação – A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

inegáveis negadas à mulher desde o surgimento do homem na terra”), a palavra *argumentação* é o termo de apoio do título substancial, que poderia ser substituído por *observações*, *tratado* ou *dissertação* (“no propósito de esclarecer...”). Trata-se de uma intervenção em um debate, realizada de acordo com as modalidades de um gênero, de uma “argumentação sobre” e não um empreendimento teórico “sobre a argumentação”: anteriormente ao *Tratado da argumentação*, nenhuma obra enfrenta um programa assim. Em inglês, a situação não é muito diferente; Toulmin, que também vai publicar em 1958, *Os usos do argumento*^{*}, não tivera muitos autênticos predecessores.

Com efeito, a argumentação foi inicialmente pensada como componente dos sistemas lógico, retórico e dialético, conjunto disciplinar cuja desconstrução foi completada no fim do século XIX. A construção de um pensamento autônomo da argumentação nos anos 1950 foi, sem sombra de dúvida, profundamente estimulada pela vontade de encontrar uma noção de “discurso sensato”, por oposição aos discursos fanáticos dos totalitarismos. As visões generalizadas da argumentação que emergirão nos anos 1970 tomarão perspectivas bem diferentes.

I. – O paradigma clássico

Do ponto de vista da organização clássica das disciplinas, a argumentação está vinculada à lógica, “a

^{*} Stephen Edeslton Toulmin, *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

arte de pensar corretamente”, à retórica, “a arte de bem falar”, e à dialética, “a arte de bem dialogar”. Esse conjunto forma a base do sistema no qual a argumentação foi pensada, de Aristóteles ao fim do século XIX.

1. Argumentação retórica

Toda utilização estratégica de um sistema significante pode ser legitimamente considerada como uma retórica. Desse modo, existe uma retórica do verbal e do não-verbal, do consciente e do inconsciente. A retórica literária avança paralelamente com uma teoria da emoção estética e uma ciência da literatura. A análise estrutural das figuras é uma “retórica geral”, na medida em que, buscando repensar as figuras de estilo no quadro de uma metodologia linguística, ela inscreve a retórica “na língua”. Podemos igualmente considerá-la como uma retórica restrita, na medida em que ela é separada da argumentação. Nos passos de Nietzsche, a retórica também foi definida como a essência persuasiva da linguagem, definição particularmente ativa no campo da história nos anos 1970 (Ginzburg, 1999).

A argumentação retórica é definida de maneira bem específica pelas seguintes características: trata-se de uma retórica referencial, isto é, ela inclui uma teoria dos signos, formula o problema dos objetos, dos fatos, da evidência, mesmo que sua representação linguística adequada só possa ser apreendida no conflito e na negociação das representações. Ela é probatória, isto é, visa trazer, se não a prova, pelo menos a melhor prova; ela é

polifônica; seu objeto privilegiado é a intervenção institucional planejada; seu caráter eloquente é acessório.

No conjunto técnico que a retórica constitui, a teoria da argumentação corresponde à “invenção”, seus conceitos essenciais são os *topoi*, que se materializam nos argumentos concretos ou entimemas, fatos discursivos complexos de lógica, de estilo e de afetos (capítulo III). É a essa retórica que visaremos quando utilizarmos esse termo em nosso texto.

2. Argumentação dialética

Em filosofia, a dialética é definida como um tipo de diálogo, que obedece a regras e opõe dois parceiros, o Respondente, que deve defender uma afirmação dada, e o Questionador, que deve atacá-la (Brunschwig, 1967, xxix). Trata-se de uma interação limitada, com um vencedor e um perdedor. Ela utiliza como instrumento o silogismo dialético, que tem como característica fundar-se em premissas que não são absolutamente verdadeiras (como no caso do silogismo lógico), mas simples “ideias admitidas” (*endoxa*). O método dialético é especialmente adotado na pesquisa *a priori* da definição de conceitos. Diferentemente da dialética hegeliana, ela não procede por síntese, mas por eliminação do falso.

Segundo sua antiga definição, dialética e retórica são as duas artes do discurso. A retórica é análoga ou a contraparte da dialética (Aristóteles, *Retórica*, I, 71); a retórica é para a fala pública aquilo que a dialética é para a fala privada de característica mais conversacio-

nal. A dialética incide sobre teses de ordem filosófica; a retórica se interessa por questões particulares, de ordem social ou política. Por fim, enquanto a dialética é uma técnica da discussão entre dois parceiros, procedendo por (breves) perguntas e respostas, a retórica tem por objeto o discurso longo e contínuo. O essencial permanece sendo o fato de que as duas artes do discurso utilizam os mesmos fundamentos de inferência, os *tópoi*, aplicados a enunciados plausíveis, as *endoxa*.

No prolongamento de uma definição geral da dialética como “a prática do diálogo racional, [a arte] de argumentar por meio de perguntas e respostas” (Brunschwig, 1967, x), podemos considerar que o processo conversacional torna-se dialético-argumentativo na medida em que incide sobre um problema determinado, definido em comum acordo, e ocorre entre parceiros iguais, movidos pela busca do verdadeiro, do justo ou do bem comum, entre os quais a fala circula livremente, segundo regras explicitamente estabelecidas.

3. *Argumentação lógica*

Como discurso lógico, a argumentação é definida no quadro de uma teoria das três “operações do espírito”: a apreensão, o juízo e o raciocínio:

- pela apreensão, o espírito apreende um conceito, depois o delimita (“homem”, “alguns homens”...);
- pelo juízo, ele afirma ou nega algo desse conceito, para chegar a uma proposição (“o homem é mortal”);

- pelo raciocínio, ele encadeia essas proposições, de modo a avançar do conhecido para o desconhecido.

No plano da linguagem, essas operações cognitivas correspondem respectivamente:

- à fixação linguística do conceito por meio de um termo e à questão da referência;
- à construção do enunciado por imposição de um predicado a esse termo e à questão do verdadeiro e do falso;
- ao encadeamento das proposições ou argumentações, pelas quais produzimos proposições novas a partir de proposições já conhecidas e à questão da transmissão da verdade.

A argumentação corresponde, no plano discursivo, ao raciocínio no plano cognitivo. As regras da argumentação correta são dadas pela teoria do silogismo válido (“Alguns A são B, todos os B são C, logo, alguns A são C”). A teoria dos discursos falaciosos (raciocínios viciosos, paralogismos, sofismas) constitui sua contraparte (“Alguns A são B, alguns B são C, logo alguns A são C”).

II. – A virada do final do século XIX

A atual situação dos estudos de argumentação é a resultante de uma tendência histórica de longa duração, para a qual o período de fins do século XIX até o início do século XX constitui um momento chave.